DocuSign Envelope ID: F92EB37F-D23A-4BD6-B635-5DE07845ED2E

Holding do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Demonstrações Financeiras **2023**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas: A administração da Holding do Araguaia S.A. ("Holding do Araguaia" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2022. **A Companhia:** A Holding do Araguaia S.A., foi constituída em 20 de agosto de 2013, tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada na Avenida Juscelino Kubitscheck, 500 - Jundiaí, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 19.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. **PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **RESULTADOS OPERACIONAIS:** O volume de tráfego consolidado em veículos equivalentes pagantes totalizou 50.166 mil em 2023, sendo 9.436 mil veículos leves e 40.730 mil veículos pesados. A controlada Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022. A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante foi de R$10,37 em 2023. **RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS: RECEITA BRUTA:** A receita bruta consolidada totalizou R$931,0 milhões em 2023. As deduções sobre a receita bruta consolidada somaram R$42,9 milhões. **Receita de Pedágio:** R$520,6 milhões em 2023, devido ao início da cobrança de pedágio da controlada Ecovias do Araguaia nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO. **Receita de Construção:** R$410,3 milhões em 2023, redução de 47,0% em relação ao ano anterior, devido ao cronograma de obras no período da controlada Ecovias do Araguaia. Para maiores informações sobre a receita, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R$601,8 milhões em 2023, redução de 31,5%. Desconsiderando o custo de construção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R$129,3 milhões, aumento de 57,4%. As principais variações foram: **Pessoal:** R$29,4 milhões em 2023, aumento de R$13,0 milhões (+79,3%), devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridas pelo início das atividades operacionais na controlada Ecovias do Araguaia. **Conservação e manutenção:** R$22,9 milhões em 2023, aumento de R$20,1 milhões, devido, principalmente, às despesas com limpeza manual e conservação de revestimento vegetal, em função do início das atividades operacionais na controlada Ecovias do Araguaia. **Serviços de terceiros:** R$51,0 milhões em 2023, aumento de R$10,5 milhões (+26,1%) devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., e pelos custos de ambulâncias e resgastes e remoções na controlada Ecovias do Araguaia. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R$14,5 milhões em 2023, redução de R$1,0 milhão (-6,7%) em função, principalmente, da contabilização dos contratos de locação de veículos leves (IFRS). **Outros:** R$11,6 milhões em 2023, aumento de R$4,5 milhões (+64,1%), devido, principalmente, aos gastos com combustíveis e energia elétrica, em função do início das atividades operacionais na controlada Ecovias do Araguaia. **Depreciação e amortização:** R$62,2 milhões em 2023, aumento R$ 39,8 milhões, devido ao período completo da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação na controlada Ecovias do Araguaia. **Custo de construção**: R$410,3 milhões em 2023, redução de R$363,3 milhões (-47,0%), devido ao menor volume de obras no período na controlada Ecovias do Araguaia. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITDA E MARGEM EBITDA:** Em 2023, o EBITDA totalizou R$348,4 milhões. O EBITDA Ajustado (excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção) totalizou R$348,4 milhões e a margem EBITDA Ajustada foi de 72,9%. **RESULTADO FINANCEIRO:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R$126,4 milhões, aumento de R$100,6 milhões em relação a 2022, impactado, principalmente, pelo aumento dos juros e variação monetária sobre debêntures e pela redução dos juros capitalizados e receitas de aplicações financeiras. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 24 da Demonstração Financeira. **LUCRO DO EXERCÍCIO:** Em 2023, a Companhia apresentou lucro de R$77,3 milhões. **DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO:** A Companhia encerrou o exercício de 2023 com saldos distribuídos entre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo no valor de R$434,2 milhões e dívida bruta, composta por debêntures e empréstimos e financiamentos, no valor de R$2.704,1 milhões, sendo 95,6% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R$38,5 milhões da controlada Ecovias do Araguaia. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 14, 15, 16 e 19 das Demonstrações Financeiras. **INVESTIMENTOS:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R$564,9 milhões em 2023, devido aos investimentos ampliação e conservação especial de pavimento na controladora Ecovias do Araguaia. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:** Informamos que a PricewhaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity)*, ambos para a Companhia e sua controlada. Os honorários consolidados relativos ao exercício de 2023 totalizaram R$341,3 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** A Diretoria da Holding do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo - SP, 13 de março de 2024.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.459	8.052	345.771	165.404
Aplicações financeiras	6	1.110	396	25.835	8.163
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	25.810	23.310
Clientes	8	-	-	39.223	29.859
Partes relacionadas	17	26	26	2	201
Tributos a recuperar		4.799	212	6.468	12.459
Despesas antecipadas		30	43	441	1.836
Dividendos a receber	10.b)	25.233	4.434	-	-
Outros créditos	9	-	-	29.406	23.014
Total ativo circulante		34.657	13.163	472.956	264.246
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	36.748	23.394
Outros créditos		-	-	4.594	592
Outros créditos - conta reserva - poder concedente	9	-	-	1.301.050	1.123.688
Investimentos:					
Em controladas	10.a)	2.288.190	2.126.486	-	-
Imobilizado	11	-	-	69.018	75.018
Intangível	12	-	-	3.058.527	2.544.262
Total ativo não circulante		2.288.190	2.126.486	4.469.937	3.766.954
TOTAL DO ATIVO		2.322.847	2.139.649	4.942.893	4.031.200

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores		5	4	47.074	20.901
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	2.308	-
Debêntures	16	99.262	16.836	117.029	37.675
Passivo de arrendamento	15	-	-	11.957	9.669
Obrigações sociais		5	-	3.617	2.949
Imposto e Contribuições a recolher		2.748	10	10.287	5.947
Partes relacionadas	17	3	4	48.488	41.042
Dividendos a pagar	21.d)	7.227	-	7.227	-
Obrigações com poder concedente	19	-	-	6.304	8.765
Provisão para imposto de renda e contribuição social	13.c)	-	-	10.232	6.982
Provisão para construção	18	-	-	16.984	614
Outras contas a pagar		-	-	8.619	4.940
Total passivo circulante		109.250	16.854	290.126	139.484
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	468.690	-
Debêntures	16	1.504.246	1.508.554	2.116.031	2.096.716
Passivo de arrendamento	15	-	-	26.525	31.932
Tributos diferidos	13.a)	-	-	18.143	2.689
Obrigações com poder concedente	19	-	-	1.295.786	1.115.917
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	20	-	-	311	-
Provisão para construção	18	-	-	-	16.038
Outras contas a pagar		-	-	17.930	14.183
Total passivo não circulante		1.504.246	1.508.554	3.943.416	3.277.475
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.a)	686.150	661.150	686.150	661.150
Reserva de lucros - legal	21.b)	1.521	-	1.521	-
Reserva de lucros - orçamento de capital	21.c)	21.680	-	21.680	-
Prejuízo acumulado		-	(46.909)	-	(46.909)
Total do patrimônio líquido		709.351	614.241	709.351	614.241
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.		2.322.847	2.139.649	4.942.893	4.031.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	22	-	-	888.044	880.689
Custo dos serviços prestados	23	-	-	(576.397)	(855.555)
LUCRO BRUTO		-	-	311.647	25.134
Despesas gerais e administrativas	23	(814)	(982)	(25.447)	(22.719)
Resultado da Equivalência Patrimonial	10	188.781	18.671	-	-
Outras despesas e receitas líquidas		-	-	(10)	-
Amortização do ágio sobre investimento	10	(1.357)	(124)	-	-
LUCRO OPERACIONAL		186.610	17.565	286.190	2.415
RECEITAS FINANCEIRAS	24	615	1.283	29.449	48.380
Despesas financeiras	24	(109.888)	(52.095)	(155.832)	(74.125)
		(109.273)	(50.812)	(126.383)	(25.745)
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		77.337	(33.247)	159.807	(23.330)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	-	-	(82.470)	(9.917)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		77.337	(33.247)	77.337	(33.247)
LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO (EM REAIS)	25	0,11389	(0,05335)	0,11389	(0,05335)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	77.337	(33.247)	77.337	(33.247)
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	77.337	(33.247)	77.337	(33.247)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
RECEITAS				
Com arrecadação de pedágio	-	-	520.574	116.719
Com construção	-	-	410.310	773.657
Outras receitas	-	-	75	-
	-	-	930.959	890.376
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	-	-	(491.638)	(820.502)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(779)	(947)	(18.394)	(16.571)
Outros	-	-	(206)	(7)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(779)	(947)	420.721	53.296
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-	-	(62.185)	-
Amortização do ágio sobre investimento	(1.357)	(124)	-	(22.421)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	(10)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(2.136)	(1.071)	358.526	30.875
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	615	1.283	29.449	48.380
Equivalência Patrimonial	188.781	18.671	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	187.260	18.883	387.975	79.255
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	187.260	18.883	387.975	79.255
Pessoal	35	35	29.394	16.398
Remuneração direta	35	35	23.040	13.671
Benefícios	-	-	4.988	2.037
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	-	1.366	690
Impostos, taxas e contribuições	-	-	125.179	19.597
Federais	-	-	101.474	14.178
Municipais	-	-	23.705	5.419
Remuneração de capitais de terceiros	109.888	52.095	156.065	76.507
Juros	29.901	(35.786)	35.590	(21.516)
Aluguéis	-	-	233	2.382
Outros efeitos financeiros	79.987	87.881	120.242	95.641
Remuneração de capitais próprios	77.337	(33.247)	77.337	(33.247)
Prejuízo do exercício	-	(33.247)	-	(33.247)
Absorção prejuízos anteriores	46.909	-	46.909	-
Reserva legal	1.521	-	1.521	-
Dividendos mínimos obrigatórios	7.227	-	7.227	-
Reserva Orçamento de Capital	21.680	-	21.680	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Dividendos Propostos	Reservas de lucros: Orçamento de capital	Lucro / Prejuízos acumulados	Total
EM 1º DE JANEIRO DE 2022		612.883	-	-	-	(13.662)	599.221
Aumento de capital		48.267	-			-	48.267
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(33.247)	(33.247)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		661.150	-	-	-	(46.909)	614.241
EM 1º DE JANEIRO DE 2023		661.150	-	-	-	(46.909)	614.241
Aumento de capital	21.a)	25.000	-			-	25.000
Lucro do exercício		-	-	-	-	77.337	77.337
Destinação do lucro:							
Reserva Legal	21.d)	-	1.521	-	-	(1.521)	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.d)	-	-	-	21.680	(21.680)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$0,01 por ação)	21.d)	-	-	-	-	(7.227)	(7.227)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		686.150	1.521	-	21.680	-	709.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	77.337	(33.247)	77.337	(33.247)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	62.185	22.421
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	-	-	745	1.023
Capitalização de juros	(75.532)	(135.447)	(120.827)	(143.332)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento	182.584	186.522	265.169	213.498
Provisão e atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas	-	-	339	-
Atualização da provisão para construção	-	-	1.253	619
Obrigações com o poder concedente	-	-	12.532	11.190
Tributos diferidos	-	-	15.454	2.689
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	67.016	7.228
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-	-	(4.356)	(604)
Resultado equivalência patrimonial	(188.781)	(18.671)	-	-
Amortização de ágio em investimentos	1.357	124	-	-
Variação nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	(9.364)	(29.859)
Partes relacionadas - clientes	-	(26)	199	(128)
Tributos a recuperar	(4.587)	(109)	5.991	(9.773)
Despesas antecipadas	13	(43)	1.987	(1.067)
Outros créditos	-	-	(10.986)	(19.409)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores e risco sacado	1	(361)	26.173	11.920
Obrigações sociais e trabalhistas	5	(10)	668	1.384
Partes relacionadas - fornecedores	(1)	4	7.446	35.372
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.738	(27)	4.340	4.984
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	-	-	(28)	-
Pagamentos de provisão para construção de obras	-	-	(921)	(517)
Outras contas a pagar	-	-	7.426	18.442
Pagamento de obrigações com o poder concedente	-	-	(12.486)	(11.110)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(63.766)	(246)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(4.866)	(1.291)	333.526	81.478
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Dividendos recebidos	80.453	182	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(11.380)	(81.265)
Aquisição de intangível	-	-	(431.745)	(785.482)
Aplicações Financeiras	(714)	417	(17.672)	20.220
Aplicações Financeiras - conta reserva	-	-	(11.498)	(46.100)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	79.739	599	(472.295)	(892.627)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de passivo de arrendamentos	-	-	(10.362)	(6.167)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento	(104.466)	(50.404)	(154.917)	(51.282)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(798)	459.415	582.105
Aumento de capital	25.000	48.267	25.000	48.267
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(79.466)	(2.935)	319.136	572.923
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.593)	(3.627)	180.367	(238.226)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.052	11.679	165.404	403.630
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.459	8.052	345.771	165.404
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.593)	(3.627)	180.367	(238.226)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de agosto de 2013 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, ser titular de ações e outros valores mobiliários de exclusiva emissão da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. A Sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, Conjuntos 31/32, Vila Olímpia, no município de São Paulo - SP. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia e sua controlada não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 abrangem a Companhia e sua controlada. Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada Avenida Juscelino Kubitscheck, 500 - Jundiaí, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 19.c). Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance* na sigla em Inglês): Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, afetaram indiretamente os negócios da controlada da Companhia, em razão do aumento de preço de alguns insumos usados pela controlada. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("*IVA dual*") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS *Practice Statement* 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de sua controlada. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. a) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. b) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e

DocuSign Envelope ID: F92EB37F-D23A-4BD6-B635-5DE07845ED2E

... continuação

HOLDING DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

19). g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). h) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. i) Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação: Lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. k) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. l) Participação nos lucros: A controlada da Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A controlada da Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • *Impairment*: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 12.e). Contabilização dos Contratos de Concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A divulgação para o Contrato de Concessão da controlada da Companhia e suas características estão descritas na Nota 19.c). Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 8,72% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	1	-	5.284	6.073
Equivalentes de caixa:				
Fundo de investimentos (a)	3.355	7.708	78.087	158.772
Operações compromissadas (b)	-	-	124.944	-
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	134.608	-
Aplicações automáticas (d)	103	344	2.848	559
	3.459	8.052	345.771	165.404

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 95% do CDI em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em CDB são remunerados à taxa média ponderada de 103,1% do CDI em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui - aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia e sua controlada mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. O aumento expressivo nos saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", deve-se à liberação de empréstimos e financiamentos do BASA e BNDES, conforme evidenciado na Nota 14.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a)	1.088	396	25.317	8.163
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b)	22	-	518	-
	1.110	396	25.835	8.163

a) Em 31 de dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. b) Em 31 de dezembro de 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento. O aumento expressivo nos saldos de "Aplicações financeiras", deve-se à liberação de empréstimos e financiamentos do BASA e BNDES, conforme evidenciado na Nota 14.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - CONSOLIDADO

As aplicações financeiras - conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento	62.558	46.704
	62.558	46.704
Circulante	25.810	23.310
Não circulante	36.748	23.394

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,9% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,5% em 31 de dezembro de 2022) e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva, por estarem vinculadas aos contratos de Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal da controlada direta Ecovias do Araguaia S.A.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a)	34.143	29.683
Receitas acessórias (b)	10	-
Outras contas a receber (c)	5.070	176
	39.223	29.859

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos as tarifas de pedágio recebidas na modalidade "cartão de crédito". O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	39.223	29.859
	39.223	29.859

9. OUTROS CRÉDITOS - CONSOLIDADO

a) Ativo circulante: O valor alocado na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante refere-se substancialmente a custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para "Empréstimos e financiamentos", quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA (R$28.802 em 31 de dezembro de 2023 e R$14.050 em 31 de dezembro de 2022). b) Conta reserva - poder concedente

	31/12/2023	31/12/2022
Recurso vinculado	1.301.050	1.123.688
	1.301.050	1.123.688

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - "ANTT", assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R$118.897, líquido de IRRF e IOF (R$37.628 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, conforme clausula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão; e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. O montante retido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$58.465 (R$13.443 em 31 de dezembro de 2022).

10. INVESTIMENTOS

a) Em controladas

	Controladas diretas Valores das investidas 31/12/2023		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado exercício	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	2.024.902	188.781	100%	100%	2.288.190	2.126.486	188.781	18.671
					2.288.190	2.126.486	188.781	18.671

	31/12/2022	Dividendos e JSCP	Encargos Capitalizados (a)	Amortização dos Encargos Capit.	Equivalência patrimonial	31/12/2023
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	2.126.486	(101.252)	75.532	(1.357)	188.781	2.288.190
	2.126.486	(101.252)	75.532	(1.357)	188.781	2.288.190

	31/12/2021	Dividendos propostos	Encargos Capitalizados (a)	Amortização dos Encargos Capit.	Equivalência patrimonial	31/12/2022
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	1.976.926	(4.434)	135.447	(124)	18.671	2.126.486
	1.976.926	(4.434)	135.447	(124)	18.671	2.126.486

a) Para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam de fato as demonstrações de uma entidade econômica única, de acordo com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, os encargos financeiros da 1ª emissão das Notas Promissórias emitidas pela Controladora em agosto de 2021, e da 1ª emissão de Debêntures também emitidas pela Controladora em outubro de 2021, com o objetivo específico da construção da Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga da Controlada no âmbito do Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, são apresentados como capitalizados, da mesma maneira que são tratados os encargos financeiros do projeto obtidos na própria controlada. Para que o patrimônio líquido dos balanços patrimoniais da Companhia, consolidado e individual, seja igual, os ajustes das demonstrações consolidadas foram transpostos para as demonstrações individuais da Companhia na rubrica de investimentos. A amortização dos encargos financeiros capitalizados segue todos os critérios de depreciação do ativo intangível da controlada, após o início das operações nas praças de pedágio, iniciado em outubro de 2022. A seguir a Companhia apresenta a conciliação do investimento:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido da Controlada	2.024.902	1.937.373
Juros Capitalizados (b)	264.645	189.237
Amortização Juros Capitalizados	(1.357)	(124)
	2.288.190	2.126.486

(b) Para efeitos de consolidação, os valores de Juros Capitalizados são reclassificados para a rubrica "Intangível".

b) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

Dividendos	31/12/2022	Propostos	Recebidos	31/12/2023
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	4.434	101.252	(80.453)	25.233
	4.434	101.252	(80.453)	25.233

11. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	20,2	11,0	10,2	-
Custo				
Saldo em 31/12/2022	72.461	5.356	6.214	84.031
Adições	6.467	4.552	361	11.380
Baixas	(665)	-	-	(665)
Transferências	54	(93)	-	(39)
Saldo em 31/12/2023	78.317	9.815	6.575	94.707
Depreciação				
Saldo em 31/12/2022	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
Adições	(15.200)	(829)	(655)	(16.684)
Baixas	8	-	-	8
Saldo em 31/12/2023	(23.803)	(999)	(887)	(25.689)
Residual				
Saldo em 31/12/2023	54.514	8.816	5.688	69.018
Saldo em 31/12/2022	63.850	5.186	5.982	75.018

	Hardwares	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	22,8	5,3	7,8	-
Custo				
Saldo em 31/12/2021	2.140	-	59	2.199
Adições	70.433	4.274	6.558	81.265
Baixas	(112)	-	(605)	(717)
Transferências	-	1.082	202	1.284
Saldo em 31/12/2022	72.461	5.356	6.214	84.031
Depreciação				
Saldo em 31/12/2021	(111)	-	(2)	(113)
Adições	(8.500)	(170)	(230)	(8.900)
Saldo em 31/12/2022	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
Residual				
Saldo em 31/12/2022	63.850	5.186	5.982	75.018
Saldo em 31/12/2021	2.029	-	57	2.086

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

12. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Os juros capitalizados que tem o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	*Software* de terceiros	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	20,0	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022	1.729.164	776.534	4.320	47.768	2.557.786
Adições	2.277	550.271	24	7.243	559.815
Baixa	(88)	-	-	-	(88)
Transferência	139.888	(139.849)	-	-	39
Saldos em 31/12/2023	1.871.241	1.186.956	4.344	55.011	3.117.552
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022	(6.558)	-	(502)	(6.464)	(13.524)
Adições	(33.793)	-	(868)	(10.840)	(45.501)
Saldos em 31/12/2023	(40.351)	-	(1.370)	(17.304)	(59.025)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023	1.830.890	1.186.956	2.974	37.707	3.058.527
Em 31/12/2022	1.722.606	776.534	3.818	41.304	2.544.262

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	*Software* de terceiros	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	22,2	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	1.469.665	108.385	184	-	1.578.234
Adições	118.066	811.172	4.136	47.768	981.142
Baixa	(306)	-	-	-	(306)
Transferência	141.739	(143.023)	-	-	(1.284)
Saldos em 31/12/2022	1.729.164	776.534	4.320	47.768	2.557.786
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021	-	-	(3)	-	(3)
Adições	(6.558)	-	(499)	(6.464)	(13.521)
Saldos em 31/12/2022	(6.558)	-	(502)	(6.464)	(13.524)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022	1.722.606	776.534	3.818	41.304	2.544.262
Em 31/12/2021	1.469.665	108.385	181	-	1.578.231

a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2023, as principais adições nesta rubrica referem-se a: implantações de infraestrutura para a operação das praças de pedágio e ao Ônus de Concessão. b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram de 1,81%a.a. (0,40% em 31 de dezembro de 2022). c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2022 referem-se a: implantação de bases operacionais, implantação de praças de pedágio, reabilitação de: pavimento, elementos de proteção, sistema de drenagem, canteiro central e faixa de domínio e início das obras de ampliação de capacidade. d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R$120.827 (R$143.332 em 31 de dezembro de 2022) referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento (obtidos através do cálculo dos juros incorridos sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e de sua controlada, descontadas as receitas financeiras). e) *Impairment:* A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weigthed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,21% a.a. (13,44% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. a) Tributos diferidos - Consolidado: A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social di

DocuSign Envelope ID: F92EB37F-D23A-4BD6-B635-5DE07845ED2E

... continuação

HOLDING DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024	-	-	-	77.791	(3.622)	74.169
2025	81.468	(3.632)	77.836	77.791	(3.632)	74.159
2026	81.467	(3.642)	77.825	77.790	(3.642)	74.148
2027	81.468	(3.653)	77.815	77.791	(3.653)	74.138
2028	81.467	(3.663)	77.804	77.791	(3.663)	74.128
Posteriores a 2028	1.222.014	(29.048)	1.192.966	1.166.860	(29.048)	1.137.812
	1.547.884	(43.638)	1.504.246	1.555.814	(47.260)	1.508.554

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024	-	-	-	77.791	(4.060)	73.731
2025	81.468	(4.348)	77.120	77.791	(4.070)	73.721
2026	85.782	(4.358)	81.424	81.911	(4.079)	77.832
2027	90.588	(4.359)	86.229	86.501	(4.085)	82.416
2028	91.277	(4.359)	86.918	87.160	(4.088)	83.072
Posteriores a 2028	1.823.237	(38.897)	1.784.340	1.741.060	(35.116)	1.705.944
	2.172.352	(56.321)	2.116.031	2.152.214	(55.498)	2.096.716

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	1.525.390	1.390.070	2.134.391	1.390.070
Adição (a)/(Custo antecipado)	-	(798)	(5.577)	582.105
Encargos financeiros (Nota 24)	182.584	186.522	251.680	212.620
Pagamento de juros	(104.466)	(50.404)	(147.434)	(50.404)
Saldo no fim do exercício	1.603.508	1.525.390	2.233.060	2.134.391

1ª Emissão de Debêntures - Companhia: Em 23 de setembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos no valor total de R$1.400.000. A emissão é composta por 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) debêntures de valor nominal de R$1.000 (mil reais) cada. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e no Decreto nº 8.874, tendo em vista o enquadramento do Projeto como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura. As debêntures serão remuneradas pelo IPC-A +6,6647% ao ano. A remuneração será paga em 29 parcelas semestrais e consecutivas, devidas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, ocorrendo a primeira em 15 de outubro de 2022. A amortização do principal será realizada em 26 parcelas semestrais e consecutivas, devidas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, ocorrendo a primeira em 15 de abril de 2024. A entrada de recursos ocorreu em 28 de outubro de 2021. 1ª Emissão de Debêntures - Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.: Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da controlada Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação. As debêntures contam com o incentivo fiscal, para os debenturistas que adquirirem os referidos papéis, previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional ""CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta, no pagamento de dívidas contratadas e de novos investimentos relativos a Concessão, tendo em vista o enquadramento do projeto ("Contrato de Concessão"), como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do MI nº 1.143, expedida em 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2021. A emissão é composta por 60.000 (sessenta mil) debêntures pelo valor nominal de R$10, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 349 meses contados da data de emissão, vencendo-se as debêntures, portanto em 15 de julho de 2051, sendo que o pagamento do principal será realizado em 51 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo que a primeira será devida em 15 de julho de 2026, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPC-A+6,66% a.a. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de julho de 2022. Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), que serão medidos anualmente ao longo do contrato: (i) Companhia: Dívida líquida/EBITDA Ajustado da fiadora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") apurado à partir da emissão; (ii) controlada: (ii.a) EBITDA Ajustado, será apurado à partir de 2026; (ii.b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, será apurado à partir de 2034; e (ii.c) Dívida líquida/ EBITDA Ajustado da fiadora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), apurado à partir da emissão.

Companhia	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Holding do Araguaia	1ª Emissão	Dívida líquida/Ebitda ajustado - ECS	≤ 5,50 x	3,31
Ecovias do Araguaia	1ª Emissão	Dívida líquida/Ebitda ajustado - ECS	≤ 5,50 x	3,31

A Companhia e sua controlada estão adimplentes com as demais cláusulas restritivas dos referidos contratos. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de "*cross default*" que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, de sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e de outras controladas relevantes da ECS. Em 31 de dezembro de 2023, inexiste evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a esta cláusula restritiva. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Companhia	Série	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	TIR
Holding do Araguaia	Única	1.400.000	(55.373)	1.344.627	11,98%
Ecovias do Araguaia	Única	600.000	(8.293)	591.707	14,24%
		2.000.000	(63.666)	1.936.334	

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Controladora

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável) Data início	Data final	Total	A realizar	Montantes envolvidos Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Despesa	Outras informações Garantias	Posição contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Outras partes relacionadas	01/01/2023	31/03/2024	43	-	-	3	Em até 45 dias	43	N/A	Devedor
c)	Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	26	-	Em até 45 dias	-	N/A	Credor
	Total em 31 de dezembro de 2023						26	3		43		
	Total em 31 de dezembro de 2022						26	4		30		

Consolidado

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável) Data início	Data final	Total	A realizar	Montantes envolvidos Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Outras informações Garantias	Posição contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora indireta	01/01/2023	31/03/2024	26.468	-	-	1.578	Em até 45 dias	7.390	10.045	9.888	N/A	Devedor
b)	ICCR 153 S.A.	Outras partes relacionadas	18/10/2021	15/01/2057	3.809.158	3.407.786	-	46.608	Em até 45 dias	-	-	150.217	N/A	Devedor
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora Indireta	-	-	-	-	2	294	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor/Credor
c)	Conc. Rod. Ayrton Senna & Carvalho Pinto - Ecopistas	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	8	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
	Total em 31 de dezembro de 2023						2	48.488		7.390	10.045	160.105		
	Total em 31 de dezembro de 2022						201	41.042		5.255	10.240	224.849		

a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. b) Prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. c) Repasse de despesas entre unidades. a) Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R$361 e para sua controlada de R$2.614. A Administração da controlada convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R$2.802, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	-	-	1.875	1.528
Remun. com base em ações *(Phantom Stock Option/Restricted Stock)*	-	-	261	-
Seguro de vida	-	-	4	4
Assistência saúde	-	-	124	92
Previdência privada	-	-	67	41
FGTS	-	-	104	74
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (*Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS*)	-	-	367	267
Diretores Estatutários	-	-	2.802	2.006
Conselho de Administração	346	345	346	345
Remuneração Global	346	345	3.148	2.351

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controlada. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção	(517)	-	(921)	-	(1.438)
Ajuste a valor presente - realizações	619	-	-	784	1.403
Atualização Monetária	4.560	-	-	469	5.029
	16.652	-	(921)	1.253	16.984
Circulante	614				16.984
Não circulante	16.038				-

	31/12/2021	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção	-	-	(517)	-	(517)
Ajuste a valor presente - realizações	-	-	-	619	619
Atualização Monetária	-	4.560	-	-	4.560
	11.990	4.560	(517)	619	16.652
Circulante	876				614
Não circulante	11.114				16.038

19. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Fiscalização - Araguaia (a)	1.040	994
Outras - Araguaia (b)	1.301.050	1.123.688
	1.302.090	1.124.682
Circulante	6.304	8.765
Não circulante	1.295.786	1.115.917

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	1.124.682	1.073.531
Custo (Nota 23)	12.532	11.190
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF_IOF)	118.897	37.628
Retenção sobre a tarifa - ANTT	58.465	13.443
Pagamento do principal	(12.486)	(11.110)
Saldo no fim do exercício	1.302.090	1.124.682

a) Taxa de fiscalização: A controlada da Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao logo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da Concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R$1.040 (R$994 em 31 de dezembro de 2022). b) Conta reserva: Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro Nacional, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - "ANTT", assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme clausula 11 do contrato de concessão são realizadas as retenções sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. c) Informações sobre o Contrato de Concessão da controlada direta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Valor da outorga: R$1.430.120 sendo (i) R$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (ii) R$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados). Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 03 de outubro de cada ano. Prazo de vigência: 08 de outubro de 2056. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Recursos vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Concessionária. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à controlada direta, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita e o custo de construção totalizaram R$410.310 (R$773.657 em 31 de dezembro de 2022), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. A controlada direta tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A controlada estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão 31/12/2023	31/12/2022
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	3.757.420	3.644.806
Conservação especial (manutenção)	3.389.625	3.525.280
Equipamentos	559.972	585.711
Total	7.707.017	7.755.797

A controlada direta tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são como segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	01/01/2025	Fator	462.750
			462.750

20. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS - CONSOLIDADO

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	-	-
(+) Complemento de provisão	278	1	278
(-) Pagamentos	(28)	(1)	(28)
(+) Atualização monetária	61	-	61
Saldos em 31 de dezembro de 2023	311	-	311

a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R$1.769 em 31 de dezembro de 2023 (R$531 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R$610 (R$114 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 14 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$25.000, mediante a emissão de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralizadas nesta data, à vista e em moeda corrente nacional, sendo 16.250.000 ações pela acionista Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e 8.750.000 ações pela acionista GLP X Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia é de R$686.150 (R$661.150 em 31 de dezembro de 2022), representados por 686.150.152 e 661.150.152 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, respectivamente. A composição do capital social da Companhia é da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
Acionistas	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	445.998	65,00%	429.748	65,00%
GLP X Participações S.A.	240.152	35,00%	231.402	35,00%
Total ações ordinárias	686.150	100,00%	661.150	100,00%

b) Reserva legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R$1.521. c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital: Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. Em 31 de dezembro de 2023, 0 saldo da reserva de orçamento de capital é de R$21.680. O referido valor constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2023, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2024. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude de prejuízos acumulados. O saldo de R$7.227, registrado na rubrica "Dividendos a pagar", refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2024 O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	77.337	(33.247)
Prejuízo exercícios anteriores	(46.909)	(13.662)
Lucro/(prejuízo) liquido do exercício ajustado	30.428	(46.909)
Constituição de Reserva legal	(1.521)	-
Base de dividendos/(Prejuízos) acumulados	28.907	(46.909)
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios	(7.227)	-
Reserva de orçamento de capital	(21.680)	-

22. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	82.053	24.461
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	331.526	68.795
Vale-pedágio	100.464	21.351
Outras	6.531	2.112
	520.574	116.719
Receita de construção (b)	410.310	773.657
Receitas acessórias (c)	75	-
Receita bruta	930.959	890.376
Deduções de receita bruta	(42.915)	(9.687)
Receita líquida	888.044	880.689

	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	520.574	116.719
Receitas acessórias	75	-
	520.649	116.719
Deduções		
Cofins (3%)	(15.620)	(3.502)
PIS (0,65%)	(3.384)	(759)
ISS (2% a 5%)	(23.705)	(5.419)
Abatimentos	(206)	(7)
	(42.915)	(9.687)

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

23. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	35	35	29.394	16.398
Conservação e manutenção e outros	-	-	22.914	2.802
Serviços de terceiros (a)	750	917	50.951	40.410
Seguros	-	-	1.688	1.924
Poder Concedente (Nota 19)	-	-	12.532	11.190
Custo de construção de obras	-	-	410.310	773.657
Depreciações e amortizações (Notas 11 e 12)	-	-	62.185	22.421
Locação de imóveis e máquinas	-	-	233	2.382
Outros custos e despesas operacionais	29	30	11.637	7.090
	814	982	601.844	878.274

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	576.397	855.555
Despesas gerais e administrativas	814	982	25.447	22.719
	814	982	601.844	878.274

a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	589	1.276	29.046	48.095
Outras receitas financeiras	26	7	403	285
	615	1.283	29.449	48.380
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(105.433)	(99.662)	(145.607)	(120.938)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	-	-	(9.137)	-
Variação monetária sobre debêntures (Nota 16)	(73.539)	(83.245)	(101.607)	(86.495)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	-	-	(2.678)	-
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 16)	(3.612)	(3.615)	(4.466)	(5.187)
Ajuste a valor presente sobre provisão de construção (Nota 18)	-	-	(1.253)	(619)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 20)	-	-	(61)	-
Juros Capitalizados	75.532	135.448	120.827	143.332
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(2.834)	(1.019)	(2.834)	(392)
Juros arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 15)	-	-	(1.674)	(878)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)	(7.342)	(2.948)
	(109.888)	(52.095)	(155.832)	(74.125)
Resultado financeiro, líquido	(109.273)	(50.812)	(126.383)	(25.745)

25. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

a) Lucro/(Prejuízo) básico: O lucro/(prejuízo) básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração

DocuSign Envelope ID: F92EB37F-D23A-4BD6-B635-5DE07845ED2E

... continuação

HOLDING DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos
MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)
MAURO OLIVEIRA DIAS
DANILLO DE MATOS MARCONDES
RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES
ROBERTO BORGES PAIVA

Membros Suplentes
DANI AJBESZYC

DIRETORIA

Diretor Presidente - **RUI JUAREZ KLEIN**
Diretor Superintendente / Diretor Relação com Investidores - **CARLOS EDUARDO AUCHEWSKI XISTO**

Contador: **HUGO RAFAEL MITZ**
CRC 1PR050369/O-4 'T' SP

Comitê Financeiro
MARCELLO GUIDOTTI
DANI AJBESZYC
PAULO FRALETTI (Independente)

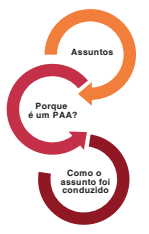
Comitê de Partes Relacionadas
FILIPPO CHIARELO
CLEBER SACCOMAN
LUIZ BUFF SILVA (Independente)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Holding do Araguaia S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Holding do Araguaia S.A. e da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma
opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 22)	
A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 12)	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R$ 3.017.846 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

PINARA REFLORESTAMENTO e ADMINISTRAÇÃO. S.A.

CNPJ nº 50.056.902/0015-13

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023

Balanço Patrimonial

	2023	2022
Ativo	75.174.494,96	62.292.418,63
Ativo Circulante	7.095.111,66	16.591.770,95
Disponível	1.634.445,00	10.461.907,50
Caixa	177,21	1.257,17
Bancos Conta Movimento	17,50	3.653.662,60
Aplicações Financeiras Liquidez Imediata	1.634.250,29	6.806.987,73
Clientes	4.018.108,35	4.232.370,03
Duplicatas a Receber	4.075.685,55	4.299.672,31
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(57.577,20)	(67.302,28)
Outros Créditos	397.202,51	871.834,73
Títulos a Receber	6.000,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	132.115,09	567.675,02
Adiantamento a Empregados	52.800,80	19.603,69
Tributos a Recuperar/Compensar	206.286,62	284.556,02
Estoque	887.192,42	870.922,25
Mercadorias, Produtos e Insumos	887.192,42	870.922,25
Despesas Pagas Antecipadamente	158.163,38	154.736,44
Despesas de Meses Seguintes	158.163,38	154.736,44
Ativo Não-Circulante	68.079.383,30	45.700.647,68
Ativo Realizável a Longo Prazo	10.434.545,76	14.176,75
Outros Créditos	54.774,20	14.176,75
Aplicações Financeiras	10.379.771,56	0,00
Investimentos	2.122,36	2.122,36
Investimento Incentivado	2.122,36	2.122,36
Imobilizado	46.543.223,96	35.342.504,01
Imóveis	34.739.138,44	24.739.138,44
Móveis e Utensílios	296.996,21	218.942,05
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	21.902.841,54	19.252.459,82
Veículos	3.364.419,76	2.937.009,72
Processa,Mentos de Dados	169.783,52	157.991,53
Instalaçoes	94.855,00	69.355,00
(-) Depreciações Acumuladada	(14.024.810,51)	(12.032.392,55)
Intangível	526,49	717,41
Marcas, Direitos e Patentes	12.369,36	12.369,36
Amortizações Acumuladas	(11.842,87)	(11.651,95)
Reflorestamento	11.058.964,73	10.301.127,15
Arrendamentos	40.000,00	40.000,00
	2023	**2022**
Passivo	75.174.494,96	62.292.418,63
Passivo Circulante	5.531.647,16	14.958.333,17
Fornecedores	632.832,04	3.553.911,18
Obrigações Tributárias	841.793,92	765.638,76
Obrigações Trabalhista e Previdenciária	1.038.053,77	955.266,74
Obrigações Com o Pessoal	287.878,66	257.372,05
Obrigações Sociais	214.954,79	208.589,61
Encargos Trabalhistas a Pagar	535.220,32	489.305,08
Outras Obrigações	3.018.967,43	33.516,49
Adiantamentos de Clientes	10.386,14	27.107,45
Contas a Pagar	3.000.000,00	0,00
Outras Obrigações	8.581,29	6.409,04
Dividendos, Part. e Juro Sobre o Capital	0,00	9.650.000,00
Passivo Não-Circulante	41.234.384,74	18.550.957,32
Empréstimos E Financiamentos	35.234.384,74	18.550.957,32
Fornecedores	6.000.000,00	0,00
Patrimônio Líquido	28.408.463,06	28.783.128,14
Capital Social	21.000.000,00	21.000.000,00
Reservas de Lucros	4.521.256,53	4.077.095,94
Reserva Legal	4.200.000,00	3.755.839,41
Reserva de Lucros a Realizar	321.256,53	321.256,53
Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.887.206,53	3.706.032,20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros a Realizar	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	21.000.000,00	2.385.820,81	321.256,53	2.455.719,19	26.162.796,53
Ajustes de Exercícios Anteriores				19.959,62	19.959,62
Lucro Líquido do Período				27.400.371,99	27.400.371,99
Transferência para Reservas		1.370.018,60		(1.370.018,60)	0,00
Lucros distribuidos				(24.800.000,00)	(24.800.000,00)
Saldo em 31/12/2022	21.000.000,00	3.755.839,41	321.256,53	3.706.032,20	28.783.128,14
Ajustes de Exercícios Anteriores				27.973,84	27.973,84
Lucro Líquido do Período				30.641.848,54	30.641.848,54
Transferência para Reservas		444.160,59		(444.160,59)	0,00
Lucros distribuidos				(31.044.487,46)	(31.044.487,46)
Saldo em 31/12/2023	21.000.000,00	4.200.000,00	321.256,53	2.887.206,53	28.408.463,06

Demonstração do Resultado

Descrição	2023	2022
Receita Bruta	**61.550.213,30**	**56.001.892,29**
Venda de Produtos	61.550.213,30	56.001.892,29
Deduções da Receita Bruta	**(6.110.832,45)**	**(5.268.539,74)**
(-) Cancelamento e Devoluções	(1.187.280,00)	(964.886,25)
(-) Impostos Sobre Vendas e Serviços	(4.923.552,45)	(4.303.653,49)
Receita Liquida	**55.439.380,85**	**50.733.352,55**
Custo de Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	**(15.992.871,80)**	**(15.120.629,38)**
Custos Diretos de Produção	(10.115.105,26)	(9.750.073,19)
Custos Indiretos de Produção	(5.877.766,54)	(5.370.556,19)
Lucro Bruto	**39.446.509,05**	**35.612.723,17**
Receitas e Despesas Operacionais	**(5.639.936,33)**	**(5.270.618,18)**
Receitas Diversas	345.568,81	96.456,95
Despesas com Entrega	(2.233.087,00)	(2.014.027,67)
Despesas com Pessoal	(2.335.870,64)	(2.086.155,50)
Aluguéis e Arrendamentos	(133.369,41)	(89.347,61)
Impostos, Taxas e Contribuições	(278.891,94)	(250.560,17)
Despesas Gerais	(1.006.711,23)	(921.340,31)
Outras Despesas Operacionais	2.425,08	(5.643,87)
Resultado Antes de Receitas e Despesas Financeiras	**33.806.572,72**	**30.342.104,99**
Despesas e Receitas Financeiras	**(1.278.430,04)**	**(1.081.048,96)**
Receitas Financeiras	1.147.249,58	1.297.083,08
Despesas Financeiras	(2.425.679,62)	(2.378.132,04)
Outras Receitas e Despesas não Operacionais	**216.220,10**	**105.341,72**
Receitas não Operacionais	216.220,10	105.341,72
Resultado Antes dos Tributos Sobre Lucros	**32.744.362,78**	**29.366.397,75**
Tributos Sobre Lucros	**(2.102.514,24)**	**(1.966.025,76)**
Tributos Sobre Lucros	(2.102.514,24)	(1.966.025,76)
Lucro Líquido do Exercício	30.641.848,54	27.400.371,99
Lucro Por Ação/Quota	1,46	1,30

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Atividades Operacionais	2023	2022
Resultado do período	30.641.848,54	27.400.371,99
Depreciação e amortização	2.339.101,88	1.609.481,74
Depreciação da baixa de imobilizado	(346.493,00)	(125.001,92)
Ajuste de periodos anteriores	27.973,84	19.959,62
Lucro Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de Giro	32.662.431,26	28.904.811,43
(Aumento) Redução em contas a receber e outros	644.869,51	54.482,64
(Aumento) Redução nos estoques	(16.270,17)	98.994,77
Aumento (Redução) em fornecedores	(2.921.079,14)	3.107.795,19
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	9.091.386,14	(1.567.909,92)
Caixa Proveniente das Operações	39.461.337,60	30.598.174,11
Impostos de Renda e Contribuição Social pagos	53.006,99	57.804,20
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	39.514.344,59	30.655.978,31
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	39.514.344,59	30.655.978,31
Atividades de Investimento		
Compras de imobilizado	(13.950.975,49)	(12.172.749,38)
Aplicações financeiras a longo prazo	(10.379.771,56)	0,00
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(24.330.747,05)	(12.172.749,38)
Atividades de Financiamento		
Pagamentos de dividentos	(40.694.487,46)	(15.150.000,00)
Empréstimos tomados	24.836.808,49	2.050.957,32
Pagamentos de empréstimos/ Debêntures	(8.153.381,07)	0,00
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	(24.011.060,04)	(13.099.042,68)
Redução nas Disponibilidades	(8.827.462,50)	5.384.186,25
Disponibilidades - No Início do Período	10.461.907,50	5.077.721,25
Disponibilidades - No Final do Período	1.634.445,00	10.461.907,50

Notas Explicativas

1. Contexto geral: 1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a NBC TG 1000 (R1). 2. Todos os valores estão apresentados em valor de realização, ou, valor justo, ou valor presente conforme as suas naturezas e notas explicativas individualizadas. 3. Todas as contingências conhecidas ou estimadas estão demonstradas nas demonstrações contábeis a valor presente. **2. Aplicações Financeiras:** Representam investimentos de curtíssimo e curto prazo, e estão registradas com rendimentos até a data de apresentação destas demonstrações. **3. Clientes:** Representam os valores a receber decorrentes das vendas de bens ou serviços, com vencimento até o término do próximo exercício, e estão apresentadas em valor presente de realização. 4. **Adiantamentos a fornecedores:** Representam os valores adiantados a fornecedores, por conveniência ou contrato, e destinam-se ao fornecimento de bens ou serviços ainda não entregues totalmente.

5. Tributos a recuperar	2023	2022
ICMS A RECUPERAR	0,00	0,00
IRPJ RESTITUIR P BASE 2007	0,00	0,00
IRPJ RESTITUIR P BASE 2008	0,00	0,00
CSLL A RESTITUIR P BASE 2007	0,00	9.552,19
INSS A COMPENSAR	0,00	0,00
ICMS - CIAP	206.286,62	275.003,83

6. Despesas pagas antecipadamente: Representam as despesas pagas e que serão consumidas ou usufruídas durante o próximo exercício. **7. Depósitos judiciais:** Representam os valores depositados em juízo para garantia de ações. **8. Imobilizado, Intangível e Benfeitorias:** A Administração entende que os valores apresentados estão de acordo com o valor justo de realização, bem como, as taxas de depreciação, exaustão e amortização, quando aplicáveis, estão em consonância com a expectativa de vida útil dos respectivos bens **9. Reflorestamento:** A Administração entende que os valores apresentados estão de acordo com o valor justo de realização, e representam os custos e investimentos feitos na formação de florestas destinadas a venda. **10. Arrendamento:** Representa o arrendamento de 6,88 ha do imóvel rural denominado Lajeado, pelo período de 30 anos a contar de 27/03/2020, pago antecipadamente o valor integral do contrato. **11. Fornecedores:** Representam os valores devidos por fornecimento de bens ou serviços. Estão registrados pelo valor de face da dívida ou pelo valor presente, conforme o seu prazo de exigibilidade. **12. Obrigações tributárias:** Representam os tributos a pagar, com vencimento no curto prazo. **13. Obrigações trabalhistas e previdenciárias:** Representam os valores a pagar referente aos direitos trabalhistas e seus respectivos encargos. **14. Lucro a distribuir:** Representam os lucros a distribuir, já destinados pelos sócios a esta finalidade. **15. Empréstimos e financiamentos:** Representam os valores captados junto a instituições financeiras e destinados ao financiamento de equipamentos para uso na atividade principal da entidade. **16. Patrimônio líquido:** Representa o Capital Social, as reservas previstas na legislação e as constituídas por determinação da entidade - quando aplicáveis, e os resultados acumulados. Representa o ganho de capital, obtido com o perdão de dívidas concedidas pelos sócios em relação a entidade.

Luiz Gustavo Loureiro de Mello - Sócio
Hidelgassio Rui de Santana - CRC/SP-CTSP-196368/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 2.443/2024
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRADE NIVELADORA E DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 18/03/2024 até as 08h30min do dia 04/04/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 04/04/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 04/04/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 13 de março de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR LINHA DE PROCESSAMENTO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 1.431/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO, GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SOLUÇÃO COMPLETA DE CONTROLE ELETRÔNICO DE MARGEM CONSIGNÁVEL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 18/03/2024 até as 08h30min do dia 05/04/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 05/04/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 05/04/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ «Acesso Identificado no *link* - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 13 de março de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 1.178/2024
O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Eletrônico de menor preço por item, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRÁFICOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, adjudica e homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas:
- NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA, para fornecer os itens: 01 e 44;
- FABIANO DOS SANTOS ALVES IMPRESSÃO ME, para fornecer os itens: 02, 03, 12, 13, 24, 25, 27, 36, 37, 41, 42, 43, 45 e 46;
- 50868998FABIO MENEZES MARCOLINO, para fornecer o item: 04;
- GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO, para fornecer os itens: 05, 06, 08, 19, 20, 23, 28, 29, 31, 33 e 35;
- DFS IMPRESSÃO GRÁFICA, para fornecer os itens: 07, 14, 15, 21, 26, 30, 32, 34, 38, 39, 40 e 47;
- PRINT ONE NEGOCIOS LTDA, para fornecer o item: 09;
- PONTUAL CARIMBOS IMPRESSOS E COM. VISUAL LTDA ME, para fornecer o item: 10;
- ANTONIO ALVES FERREIRA PRESIDENTE VENCESLAU, para fornecer os itens: 11, 17 e 22;
- PREMIUM GRÁFICA E EDITORA LTDA, para fornecer os itens: 16 e 18;

GABINETE DO PREFEITO, 11 de março de 2024.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 06/2024 cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA CORPORATIVA (OUTSOURCING, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS EXCETO PAPEL).** O período de envio das propostas será a partir de 15/03/2024 até 02/04/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 02/04/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 15/03/2024. Orlândia, SP, 13 de Março de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE/SP

Processo nº 17/2024 – Pregão eletrônico nº 1/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PLANO DE SAÚDE PARA SERVIDORES E VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE - SP. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO. O edital completo e seus anexos serão disponibilizados aos interessados por meio do site https://bllcompras.com e www.piedade.sp.leg.br a partir do dia 14/3/2024.
Piedade, 11 de março de 2024.
Wandi Augusto Rodrigues
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 21/2024
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM MDF E MOBILIÁRIO EM AÇO. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 27/03/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 27/03/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 27/03/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou https://bnccompras.com/Home/Login.
Paulínia, 13 de março de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

P